



FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA  
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

NELSON ALVES JUNIOR  
WILKINSON ARAUJO SILVA

**O IMPACTO DOS FATORES OCUPACIONAIS NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA  
DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

PARAUAPEBAS

2024

NELSON ALVES JUNIOR  
WILKINSON ARAUJO SILVA

**O IMPACTO DOS FATORES OCUPACIONAIS NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA  
DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Monografia apresentada a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Psicologia para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Daniela S. Américo

PARAUAPEBAS

2024

Junior, Nelson Alves; Silva, Wilkinson Araujo. **O IMPACTO DOS FATORES OCUPACIONAIS NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Me. Daniela S. Américo, 2024. 45f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FADESA, Parauapebas – PA, 2024.

Palavras-Chave: Segurança pública; Saúde ocupacional; Suporte psicossocial.

**Nota:** A versão original deste trabalho de conclusão de curso encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA em Parauapebas – PA.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho de conclusão, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

NELSON ALVES JUNIOR  
WILKINSON ARAUJO SILVA

**O IMPACTO DOS FATORES OCUPACIONAIS NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA  
DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Monografia apresentada a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Psicologia para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Daniela dos Santos Américo

Aprovado em: 23/05/2024

Banca Examinadora



---

Prof. Me. Dionis Soares de Souza  
Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia -



---

Prof. Me. Bruno Marques Ibanes  
Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia -



---

Prof. (a) Ma. Daniela dos Santos Américo  
Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia -  
(orientador)

Data de depósito do trabalho de conclusão: 23/05/2024



*Daniela S. Américo*  
Coordenadora do Curso de Psicologia  
FADESA

## AGRADECIMENTOS

"À medida que concluo esta jornada de cinco anos no curso de Psicologia, não posso deixar de expressar minha profunda gratidão a Deus, minha família e meus amigos. Esta jornada foi repleta de desafios, mas também de crescimento, aprendizado e momentos inesquecíveis que moldaram quem sou hoje.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me guiar e me sustentar ao longo desses anos. Sua graça e misericórdia foram minha força nos momentos mais difíceis e sua orientação foi minha bússola quando me senti perdido. Sou eternamente grato pela fé que me sustentou e pela esperança que me inspirou a continuar avançando, mesmo quando o caminho parecia íngreme.

À minha família, expressei minha mais profunda gratidão. Vocês foram meu porto seguro, meu apoio inabalável e minha fonte inesgotável de amor e encorajamento. Cada palavra gentil, cada gesto de apoio e cada sacrifício feito em meu nome não passaram despercebidos. Vocês foram minha rocha durante as tempestades e minha luz nos dias mais sombrios. Obrigado por acreditarem em mim, por me incentivarem a perseguir meus sonhos e por estarem ao meu lado a cada passo do caminho.

Aos meus amigos, quero expressar minha sincera gratidão. Vocês foram minha família longe de casa, meus parceiros de aventuras e minhas fontes de alegria e inspiração. Suas risadas, suas palavras de encorajamento e sua amizade leal tornaram esta jornada verdadeiramente memorável. Cada momento compartilhado foi um presente precioso que guardarei para sempre em meu coração.

Por último, mas definitivamente não menos importante, quero estender um agradecimento especial a Nelson Alves, meu parceiro de TCC e grande amigo ao longo deste curso. Nelson, sua dedicação, comprometimento e apoio foram fundamentais para o sucesso deste projeto e para minha jornada acadêmica como um todo. Sua presença ao meu lado durante os momentos de pesquisa, elaboração do trabalho e defesa final foi um verdadeiro presente. Sua sabedoria, perspicácia e senso de humor tornaram cada desafio mais leve e cada vitória mais significativa. Obrigado por sua amizade inestimável, sua orientação constante e sua parceria incansável. Seu apoio foi uma luz brilhante em meio às incertezas e um lembrete constante do poder da amizade e da colaboração. Que nossa jornada junto não se encerre aqui, mas que continuemos a compartilhar sucessos, desafios e risadas enquanto seguimos em frente. Nelson, você é mais do que um colega de curso, é um amigo querido que levarei comigo para sempre. Obrigado por tudo!

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores, mentores e colegas que cruzaram meu caminho ao longo desses cinco anos. Suas lições, sua orientação e sua sabedoria foram inestimáveis para o meu crescimento pessoal e profissional. Cada conversa inspiradora, cada desafio intelectual e cada momento de colaboração contribuíram para moldar minha jornada e me preparar para os desafios que virão pela frente.

Encerrando este capítulo e embarco em novas aventuras, levo comigo as lições aprendidas, as memórias compartilhadas e o amor que recebi. Sou profundamente grato por cada experiência vivida, cada pessoa que cruzou meu caminho e cada desafio que enfrentei. Que a gratidão que sinto hoje me guie adiante, enquanto abraço o futuro com esperança, determinação e um coração cheio de gratidão. Obrigado, do fundo do meu coração."

## RESUMO

Os transtornos mentais podem levar os policiais civis a se afastarem do trabalho por licença para tratamento de saúde, readaptação ou aposentadoria, destacando a importância de maior atenção às condições de trabalho que podem limitar sua autonomia e produtividade. A profissão policial está associada a problemas físicos e psicológicos, incluindo sintomas depressivos e a síndrome de Burnout, que resultam em impactos negativos nas relações familiares, de trabalho e sociais dos policiais civis. Diante deste contexto, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar o impacto dos fatores ocupacionais na saúde mental e física dos profissionais de segurança pública da polícia civil. Para tal, os objetivos específicos foram: investigar os principais fatores ocupacionais que contribuem para o estresse, esgotamento e problemas de saúde mental entre os profissionais de segurança pública; Avaliar os efeitos desses fatores na saúde física e mental desses profissionais, incluindo os principais sintomas e os impactos negativos na sua qualidade de vida; e propor estratégias e intervenções eficazes para mitigar os impactos dos fatores ocupacionais como o objetivo de pugnar pela sua saúde integral. A pesquisa utilizará uma revisão integrativa como metodologia, que consiste na busca, avaliação crítica e síntese das evidências disponíveis sobre o tema investigado. Entre os resultados preocupantes estão a sobrecarga de trabalho, a falta de suporte psicológico adequado, e a diversidade de riscos enfrentados por diferentes categorias dentro desse contexto. As principais conclusões apontam para a necessidade urgente de intervenções direcionadas, como programas de treinamento em saúde ocupacional, suporte psicossocial, e políticas de segurança no trabalho. Concluímos que os estudos revelam desafios como riscos físicos e psicossociais, falta de suporte nas organizações de segurança pública, sobrecarga de trabalho e falta de políticas eficazes de saúde ocupacional e suporte psicológico.

**Palavras-chave:** Segurança pública; Saúde ocupacional; Suporte psicossocial.

## **ABSTRACT**

Mental disorders can lead civil police officers to take leave for health treatment, readjustment, or retirement, highlighting the importance of greater attention to working conditions that may limit their autonomy and productivity. The police profession is associated with physical and psychological problems, including depressive symptoms and burnout syndrome, which negatively impact the family, work, and social relationships of civil police officers. Given this context, the general objective of this research is to analyze the impact of occupational factors on the mental and physical health of public safety professionals in the civil police. To achieve this, the specific objectives were: to investigate the main occupational factors that contribute to stress, exhaustion, and mental health problems among public safety professionals; to assess the effects of these factors on the physical and mental health of these professionals, including the main symptoms and the negative impacts on their quality of life; and to propose effective strategies and interventions to mitigate the impacts of occupational factors with the aim of advocating for their overall health. The research will use an integrative review as its methodology, consisting of the search, critical evaluation, and synthesis of available evidence on the topic investigated. Among the worrying results are work overload, lack of adequate psychological support, and the diversity of risks faced by different categories within this context. The main conclusions point to the urgent need for targeted interventions, such as occupational health training programs, psychosocial support, and workplace safety policies. We conclude that the studies reveal challenges like physical and psychosocial risks, lack of support in public safety organizations, work overload, and the absence of effective occupational health and psychological support policies.

**Keywords:** Public safety; Occupational health; Psychosocial support.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. CRIAÇÃO DA POLICIAL NO BRASIL/COLONIAL .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 Conceito De Atividade Policial .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Fatores De Risco Para O Profissional De Segurança Pública .....</b>	<b>12</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>18</b>
<b>4. RESULTADOS .....</b>	<b>23</b>
<b>5. DISCUSSÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIGORÁFICAS.....</b>	<b>37</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais frequentemente levam ao afastamento do trabalho por licença para tratamento de saúde, readaptação ou afastamento definitivo (aposentadoria) dos policiais civis que necessitam de apoio psicológico. Cruz (2010) ressalta a importância de maior atenção às condições de trabalho, pois estas podem limitar parcial ou totalmente a autonomia e a produtividade do policial civil.

A profissão dos profissionais de segurança está associada a problemas físicos e psicológicos, em algumas condições levando-os ao adoecimento e, no caso mais grave, ao óbito prematuro decorrentes de do agravamento do seu estado de saúde, que resulta no suicídio e, com mais frequência aos sintomas depressivos, que são transtornos mentais que apresentam sintomas variados e impactam, continuamente, o policial civil (OMS, 2002).

A síndrome de Burnout (SB) é reconhecida como um problema de saúde que afeta os agentes de segurança pública, manifestando-se como esgotamento físico e mental (SILVA *et al.*, 2018). Santos (2020) destaca que a síndrome de Burnout (SB) se manifesta como uma exaustão emocional e física em contextos de estresse, resultando na diminuição da produtividade e na sensação de incapacidade funcional.

A atividade policial tem o potencial de desencadear problemas de saúde mental, especialmente para os profissionais que trabalham com dedicação exclusiva, resultando em impactos negativos nas suas relações familiares, de trabalho e sociais (MINAYO *et al.*, 2011). Essa exposição constante à violência e as condições inadequadas de trabalho contribuem para o adoecimento psíquico dos policiais civis, exigindo estratégias preventivas e de suporte para promover o seu bem-estar (SPODE, MERLO, 2006).

Diante deste contexto, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar o impacto dos fatores ocupacionais na saúde mental e física dos profissionais de segurança pública da polícia civil, identificando fatores potenciais e propondo intervenções para proporcionar maior bem-estar e desempenho no trabalho.

Para tal, os objetivos específicos foram elencados em: a) Investigar os principais fatores ocupacionais que contribuem para o estresse, esgotamento e problemas de saúde mental entre os profissionais de segurança pública; b) Avaliar os efeitos desses fatores na saúde física e mental desses profissionais, incluindo os principais sintomas e os impactos negativos na sua qualidade de vida; c) Propor estratégias e intervenções

eficazes para mitigar os impactos dos fatores ocupacionais como o objetivo de pugnar pela sua saúde integral.

O trabalho é dividido nas seguintes seções: referencial teórico, onde foi abordado um panorama sobre o surgimento a atividade policial e suas primeiras formas de existência legal. A pesquisa buscou identificar os fatores de risco físicos e psicossociais, as estratégias de prevenção, os impactos dos fatores de risco na saúde e bem-estar dos profissionais de segurança pública e os riscos de vim a ser portador de distúrbio psicológico, prever estratégias preventivas na relação entre fatores ocupacionais e absenteísmo, e impacto das políticas públicas de promoção a saúde mental no ambiente de trabalho.

A metodologia da pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa que consistiu na busca dos principais autores, sendo estes: Silva e Santos (2018), Oliveira e Souza (2020), Santos e Lima (2017), Costa e Ferreira (2019), Pereira e Martins (2016), Lima e Costa (2021), Santos e Oliveira (2018), Silva e Pereira (2015), Almeida e Sousa (2019), Carvalho e Santos (2017).

Nos resultados desta pesquisa, foram explorados 10 artigos pertinentes ao tema, os quais destacam a importância de medidas preventivas, suporte psicológico, treinamento contínuo e políticas específicas para reduzir os riscos ocupacionais do adoecimento laboral e promover o bem-estar desses trabalhadores. Além disso, ressalta a necessidade de políticas organizacionais que criem ambientes de trabalho saudáveis e sustentáveis, visando não apenas a saúde individual dos profissionais, mas também a eficácia das operações de segurança pública e a segurança da comunidade desde que este esteja em plenas condições física e mental.

Nas conclusões pode-se afirmar que a sobrecarga de trabalho, exposição a situações traumáticas e a ausência de políticas públicas eficazes de saúde ocupacional e de suporte psicológico, que são áreas críticas a serem abordadas. Entretanto, há evidências da eficácia de programas de treinamento em saúde ocupacional, políticas de segurança no trabalho e intervenções de suporte psicossocial na promoção do bem-estar e na redução dos riscos ocupacionais.

## 2. CRIAÇÃO DA POLÍCIA NO BRASIL/COLONIAL

A definição da palavra polícia teve suas raízes na era das sociedades tribais, onde originalmente tinha uma conotação de forças privadas responsáveis pela proteção de propriedades pessoais, resultando em arbitrariedade em sua aplicação (AFONSO, 2018). O termo polícia tem sua origem na palavra latina "politia", derivada de "polis", que significa cidade. Durante o período romano, englobou dois conceitos: "res publica" (assuntos públicos) e "civitas" (negócios da cidade) representando, assim, a administração pública (HIPÓLITO, TASCA, 2020).

Na Grécia Clássica, o termo "polícia" possuía diversos significados, e até o período de Aristóteles, era associado à Cidade-Estado (polis). Na era de Platão tinha duas interpretações: a primeira referia-se ao conjunto de leis e regras para a administração geral da polis; a segunda envolvia a guarda das leis e da cidade, conceito derivado da obra "A República". O filósofo Platão, na obra "A REPÚBLICA", livro IV apud AFONSO (2018, p. 218), conceitua a palavra polícia como:

O sentido da palavra polícia não tinha qualquer relação do seu significado atual, mas é a partir dos referidos momentos históricos que a instituição policial vai se configurando, que é resultado da evolução social, marcado por avanços e retrocessos políticos. Logo a Polis (Cidade-estado) tem relação com a noção de polícia, O surgimento do Estado organizado politicamente é que vai dar contorno a função policial, havendo um significado único para as palavras (polícia e política) há uma mútua relação de significado.

Na Alta e Baixa Idade Média, o papel da polícia perdeu significado devido às invasões bárbaras. Os senhores feudais detinham total autonomia na gestão de seus domínios, sem o controle real. Esse modelo declinou durante a Baixa e Média Idade com o aumento do poder político do monarca (AFONSO, 2018).

O crescimento urbano e o aumento da criminalidade, juntamente com o fortalecimento do poder real, levaram à necessidade de criar grupos de homens encarregados de manter a ordem e a segurança na sociedade, conhecidos como quadrilheiros, que deram origem à polícia no Brasil. A palavra "polícia" foi introduzida na Europa no século XIV, no final do Renascimento, coincidindo com o ressurgimento do Direito Romano. Nesse contexto, ela tinha a conotação do poder supremo do príncipe, dissociado do poder canônico (AFONSO 2018).

Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Jean Bodin (1530-1596) foram responsáveis por estabelecer as bases jurídico-teóricas que permitiram a delegação do poder estatal ilimitado às monarquias e repúblicas, dando origem ao estado moderno. Nesta fase, surgiu o fortalecimento da forma centralizadora do poder real. No entanto, essa concentração do poder não uniformizou o Direito, pois ele competia com o direito canônico, o direito costumeiro e o direito municipal (MAQUIAVEL, 1469 apud AFONSO, 2018). Maquiavel definiu o poder do monarca:

O príncipe passou a deter o poder estatal dando origem a “jus polittiae” (direito policial) que se tornou a fonte única do soberano, que tem o sentido de trazer o bem-estar, a manutenção da ordem pública com domínio sobre o seu território.

Na Idade Moderna, o conceito de polícia restabeleceu o poder do rei, mas foi com o surgimento do absolutismo no século XVII, que o conceito de poder estatal se unificou. A palavra polícia passou a ter sentido de ciência de governar e manutenção da ordem pública (AFONSO, 2018).

Em Portugal, o significado da palavra "polícia" só foi estabelecido tardiamente com a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino em 1760. Esse processo levou cerca de um século para adquirir um sentido orgânico. Na cidade de Paris, o primeiro magistrado a exercer funções policiais foi Gabriel Nicolas de la Reynie (1625-1709). No final do século XVIII, tanto na França quanto em Portugal, o conceito de polícia estava associado à violência e repressão, justificadas em nome da segurança e ordem pública (HIPÓLITO; TASCA, 2020).

A família real desembarcou na cidade do Rio de Janeiro no ano 1808, fato deu início a urbanização. No Brasil/colônia as leis foram efetivadas e adaptadas e replicada ao molde de Portugal, havendo dificuldades de efetivação devido as peculiaridades culturais da colônia, cuja aplicação de penalidades dependia da posição social e econômica do destinatário (GAGLIARDO, 2014).

Segundo Gagliardo (2014), a estruturação da polícia teve início com a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil em 1808, por meio do decreto de D. João, caracterizando-se por um modelo centralizador. O primeiro intendente de polícia foi nomeado para o período de 1808 a 1821. As principais metas eram garantir a ordem pública e a tranquilidade social.

Entre as responsabilidades do intendente estavam a regulação dos comportamentos, a proibição do descarte de resíduos nas vias públicas e a interdição de casas de jogos de azar, visando estabelecer uma vida pública semelhante àquela observada na Inglaterra e na França. Dessa maneira, a função da polícia era garantir a tranquilidade urbana (GAGLIARDO, 2014).

## **2.1 Conceito De Atividade Policial**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, inciso IV, estabeleceu a estrutura dos órgãos de segurança pública, incluindo a polícia civil, cuja função é investigar crimes e auxiliar o poder judiciário na responsabilização criminal dos autores. Os princípios fundamentais que regem seu funcionamento são a hierarquia e a disciplina (CAVALVANTI; SANTOS, 2020).

A polícia civil, conforme o parágrafo 4º do artigo 144, é liderada funcionalmente por delegados de polícia de carreira, responsáveis por coordenar a investigação de condutas criminalizadas, com exceção de natureza militar e federal. A missão institucional é esclarecer as circunstâncias, a motivação para o cometimento do crime, os instrumentos utilizados, a identificar do(s) autor(es) bem quanto a vítima. Dessa forma, a polícia civil desempenha um papel auxiliar do poder judiciário (CAVALVANTI; SANTOS, 2020).

A atuação policial tem como foco a proteção da cidadania conforme previsto no Art.144, C.F, que atribui às forças policiais a responsabilidade de preservar a integridade pessoal e patrimonial dos munícipes. Assim, a atividade policial busca desempenhar funções de proteção e garantir os direitos humanos de todos os cidadãos (CAVALVANTI; SANTOS, 2020).

O artigo 4º do Código de Processo Penal estabelece que cada unidade federativa possui competência para investigar condutas criminais em suas respectivas cidades. Destaca-se que a segurança pública é uma responsabilidade do Estado, contando com a colaboração dos cidadãos. É evidente que o sistema de segurança pública é de responsabilidade tanto da União quanto dos estados, que elaboram diretrizes para a política de segurança e políticas públicas relacionadas (CAVALVANTI; SANTOS, 2020).

Segundo Santin (2004), o ideal de segurança pública vai além do simples controle do crime e da violência. Ele engloba a preservação da dignidade dos

cidadãos, garantindo o pleno exercício dos direitos individuais e sociais consagrados pela Constituição. Isso significa criar um ambiente em que as pessoas se sintam protegidas não apenas contra a criminalidade, mas também contra abusos de poder e violações de seus direitos fundamentais. Nesse contexto, a segurança pública não é apenas uma questão de aplicação da lei, mas também de promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade.

A segurança pública, conforme estruturada pelo artigo 144, CF/88, engloba diversas instituições, tais como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM) e Corpo de Bombeiros (CBM), (NATIVIDADE, 2009). Borges (2013) ressalta que a atividade policial vai além da mera preocupação com a criminalidade, abrangendo também a interação com a comunidade e a responsabilidade na resolução de conflitos. Esta abordagem considera não apenas a repressão ao crime, mas também o papel social que a polícia desempenha junto à população. Assim, o trabalho policial engloba tanto o cumprimento das determinações legais estabelecidas pela Constituição e pelos regimentos policiais quanto a civilidade e responsabilidade dos profissionais de segurança pública na manutenção da ordem pública.

## **2.2 Fatores De Risco Para O Profissional De Segurança Pública**

Segundo Cruz (2010), é crucial uma maior atenção às condições de trabalho, pois estas podem limitar parcial ou totalmente a autonomia e a produtividade do policial civil. A profissão de policial civil tem sido associada a problemas físicos e psicológicos, resultando em óbitos devido a diversos fatores, sendo os mais comuns o suicídio e a depressão, considerados transtornos mentais que apresentam sintomas variados e afetam o policial de forma contínua (Organização Mundial de Saúde - OMS, 2002).

A Síndrome de Burnout (SB) é amplamente reconhecida como um problema de saúde que afeta os agentes de segurança pública, caracterizando-se por um estado de esgotamento físico e mental (SILVA *et al.*, 2018). De acordo com Santos, (2020), ela se manifesta como uma exaustão emocional e física em contextos de estresse, resultando na diminuição da produtividade e na sensação de incapacidade funcional. Isso se reflete em sentimentos negativos, insensibilidade no relacionamento

com colegas de trabalho e na percepção de falta de propósito em suas funções na organização.

A profissão policial tem o potencial de desencadear problemas de saúde mental, afetando, especialmente, os profissionais que trabalham de forma dedicada e excessiva, o que resulta em impactos negativos nas relações familiares, de trabalho e sociais (MINAYO *et al.*, 2011). Isso ocorre devido à presença constante da violência em seu ambiente de trabalho, levando a um comportamento de vigilância constante. Além disso, as condições inadequadas de trabalho também contribuem para esse cenário de adoecimento (SPODE, MERLO, 2006).

O apoio familiar é fundamental para a saúde mental do policial civil, pois desempenha um papel crucial na prevenção de problemas de saúde e na redução dos fatores estressantes associados à atividade policial. Ter esse suporte pode contribuir significativamente para o bem-estar e a estabilidade emocional do profissional, permitindo que ele lide de forma mais eficaz com os desafios do trabalho (ANTUNES; FONTAINE, 2005).

MINAYO *et al.*, 2011 ressaltaram que a atividade policial pode ser fonte tanto de prazer quanto de sofrimento e riscos para os profissionais envolvidos. O adoecimento dos policiais civis está intrinsecamente relacionado à forma como a gestão organizacional é conduzida, resultando em impactos negativos na saúde do servidor e acarretando prejuízos em diversos contextos, tanto pessoais quanto sociais (FACAS, 2013). É importante considerar que as condições de trabalho e o ambiente organizacional desempenham um papel crucial no bem-estar e na saúde mental dos policiais civis.

O suicídio tem se tornado uma preocupação significativa em nosso país, que está entre os dez países com os maiores índices de suicídio no mundo. Diversos fatores têm sido apontados como contribuintes para essa realidade, incluindo transtornos psíquicos, desemprego, término de relacionamento amoroso, estresse, sobrecarga no trabalho, esquizofrenia, ansiedade e dependência de substâncias lícitas e ilícitas. Esses fatores podem atuar de forma complexa e interligada, aumentando o risco de comportamentos suicidas na sociedade (DO NASCIMENTO, 2019).

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012), o suicídio é definido como o ato deliberado de pôr fim à própria vida, enquanto a tentativa de suicídio refere-se a um ato que não foi consumado devido a circunstâncias externas

à vontade do indivíduo. Essas definições destacam a importância de compreender e abordar adequadamente essa questão complexa, que envolve aspectos psicológicos, sociais e culturais.

A atividade policial afeta significativamente o comportamento do policial civil, especialmente devido ao seu papel de conter e ser vítima da violência urbana. Essa exposição constante as situações violentas criam condições propícias para o adoecimento psíquico dos policiais civis, incluindo o uso de substâncias lícitas e ilícitas e o sofrimento decorrente de experiências traumáticas de enfrentamento, impactando diretamente em sua vida doméstica, no trabalho e pessoal. Esses desafios emocionais e psicológicos exigem uma abordagem ampla e cuidadosa das organizações de segurança para garantir o bem-estar e a saúde mental desses profissionais (CASTRO, 2016).

Ao longo de sua carreira, o policial civil enfrenta diversos problemas de saúde relacionados à sua atividade, tais como dificuldades para dormir, agressividade, irritabilidade, aumento da ansiedade, inquietação, sentimento de angústia e profunda tristeza. É importante destacar que a escala de serviço do policial civil é estabelecida constitucionalmente em 40 horas semanais, podendo ser cumprida durante o expediente ou em plantões. Tantos homens e mulheres enfrentam níveis significativos de estresse devido às demandas e desafios inerentes à função policial, o que pode afetar sua saúde física e mental ao longo do tempo. Esses impactos são relevantes e exigem atenção e cuidados específicos para promover o bem-estar e a qualidade de vida desses profissionais (SOUSA, 2011).

O estresse decorrente da atividade policial tem impactos significativos na vida pessoal dos policiais, refletindo-se no uso abusivo de substâncias, tanto permitidas quanto proibidas. Além disso, há uma maior incidência de problemas emocionais e uma mudança comportamental significativa, que se manifesta especialmente no comportamento desproporcional ou violento em situações rotineiras, na falta de empatia com o público e com colegas de trabalho. Essa disfuncionalidade é identificada como burnout, caracterizada pela exaustão física e psicológica resultante do exercício profissional. Esses aspectos ressaltam a importância de abordagens preventivas e de suporte psicológico para os policiais enfrentarem esses desafios de forma saudável (CASTRO, 2016).

Muller, Silva e Pesca, (2010) descrevem o burnout como um processo progressivo em que os profissionais de segurança pública experimentam sentimentos

de infelicidade e baixa autoestima ao lidar com o cuidado de outros. Ao longo de sua carreira, o policial civil enfrenta uma série de desafios que afetam tanto sua saúde física quanto emocional, refletindo diretamente em sua qualidade de vida. Esses problemas incluem o aumento de peso, estados depressivos, estresse crônico e podem até mesmo desencadear doenças digestivas e cardíacas (FRÓS, 2011).

Os efeitos mencionados destacam a necessidade premente de implementação de estratégias preventivas e de suporte para assegurar o completo bem-estar e saúde dos profissionais em questão. É notório que o policial civil enfrenta desafios relacionados ao reconhecimento tanto no âmbito organizacional quanto social. Enquanto sua função envolve combater a violência urbana, ele também está sujeito a essa mesma violência, correndo o risco de se tornar uma vítima no exercício de suas atividades profissionais (MAGALHÃES, 2017).

A pesquisa evidencia uma estreita relação entre a atividade policial e o desenvolvimento de distúrbios mentais. Embora esse estudo tenha ganhado maior destaque no início do século XXI, é importante ressaltar que as interações necessitam de pesquisas contínuas, conforme apontado por Roane *et al.* (2001).

A presença de vários Transtornos Mentais Comportamentais (TCM) tem levado ao afastamento de policiais civis, resultando em licenças para Tratamento de Saúde (LTS) temporárias ou permanentes. Isso tem gerado impactos negativos para a administração pública, como a redução no quadro funcional e os custos associados ao tratamento de saúde e ao suporte previdenciário (CRUZ, 2010).

O trabalho do profissional de segurança pública envolve uma série de fatores de risco que podem contribuir para o adoecimento mental. Dentre estes fatores, está a dedicação exclusiva ao trabalho, o contato frequente com a violência urbana que exige o uso de armamento letal, a preocupação constante de ser alvo potencial em espaços públicos e a responsabilidade de tomar decisões relacionadas à vida e à morte durante o exercício de sua função pública. Esses elementos não apenas afetam diretamente a saúde mental do profissional, mas também se estendem aos seus familiares, gerando prejuízos significativos nesse aspecto (MINAYO; ASSIM; OLIVEIRA, 2011).

Diante desse cenário, é crucial que os profissionais de segurança pública recebam apoio em suas relações sociais mais importantes, especialmente da família. Esses fatores protetivos desempenham um papel fundamental na redução dos estressores e, conseqüentemente, na prevenção do desenvolvimento de transtornos

mentais. O suporte social significativo pode proporcionar um ambiente mais saudável e resiliente, ajudando a lidar com os desafios inerentes à profissão e mitigando os impactos negativos na saúde mental (SAVOLA *et al.* 2003).

O trabalho policial é estressante e as condições organizacionais podem contribuir para o adoecimento destes profissionais. Diante dessa realidade, a sociedade idealiza que os policiais mantenham equilíbrio em diversas situações que envolvem vítimas e infratores, considerando-os como sujeitos de sua função pública. Esse equilíbrio é fundamental para garantir um desempenho eficaz e ético no exercício da profissão, além de promover o bem-estar tanto dos profissionais quanto da comunidade em geral (CANTO, 2010).

Os estressores sociais contribuem para o aumento das tensões nas relações pessoais, familiares, de trabalho e sociais. O acréscimo desses estressores favorece o adoecimento funcional, evidenciado por sintomas clássicos como rotatividade no trabalho, atrasos e faltas decorrentes de doenças físicas e psicológicas. Esses impactos são reflexos diretos das pressões e dificuldades enfrentadas pelos profissionais em contextos sociais desafiadores, como é o caso da atividade policial (CANTO, 2010).

Os principais sintomas físicos que os policiais civis podem apresentar incluem, dores musculares: devido ao estresse físico e emocional, assim como às exigências físicas do trabalho policial, como perseguições e movimentos repetitivos. Variação de pressão arterial. O estresse crônico pode levar a flutuações na pressão arterial, aumentando o risco de problemas cardiovasculares. Desconforto estomacal: manifestações como gastrite e gases são comuns devido à ansiedade e ao estresse, que podem afetar o sistema digestivo.

Dificuldade no sono: o estresse e a ansiedade podem interferir na qualidade do sono, levando a dificuldades para dormir e insônia. Cansaço crônico: o desgaste físico e emocional da profissão policial pode resultar em um cansaço constante e persistente. Dor de cabeça: o estresse, a tensão e a exposição a situações desafiadoras podem desencadear dores de cabeça frequentes.

Esses sintomas são indicadores do impacto significativo que o trabalho policial pode ter na saúde física dos profissionais, destacando a importância do cuidado e do suporte adequado para prevenir problemas de saúde e promover o bem-estar. (SPILARIS; SPILARIS; LACERDA 2024).

Castro *et al.* (2015) destacam que o tempo de serviço dos profissionais de segurança pública tem consequências significativas na qualidade de vida e na saúde mental. Com o passar dos anos, esses profissionais tendem a desenvolver um maior número de doenças crônicas, resultando no uso mais frequente de medicamentos e na redução do tempo dedicado ao lazer. Esses dados foram observados especialmente em policiais com mais de dez anos de experiência na profissão, evidenciando uma redução na qualidade de vida e um aumento nas desordens relacionadas à saúde mental. Esses resultados reforçam a importância de políticas e programas de apoio voltados para a saúde e o bem-estar desses profissionais ao longo de suas carreiras.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa, que é uma metodologia que envolve a busca, avaliação crítica e síntese das evidências disponíveis sobre o tópico investigado. O resultado dessa pesquisa é o estado atual do conhecimento sobre o tema abordado, além de orientar futuras em novas pesquisas. A revisão integrativa é considerada o método de revisão mais abrangente, pois permite a inclusão de estudos com diversos desenhos de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2012).

A pesquisa bibliográfica, conforme discutido por Cruz (2023), é uma abordagem metodológica que se baseia na análise e interpretação de materiais já existentes, tais como livros, artigos científicos, relatórios técnicos e documentos oficiais. Essa metodologia é amplamente utilizada em diversos campos do conhecimento, pois permite uma investigação aprofundada sobre um determinado tema por meio da revisão crítica e sistematização das informações disponíveis na literatura.

É importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica não se restringe apenas à compilação de referências, mas envolve uma análise crítica e reflexiva do conteúdo dessas fontes, buscando identificar tendências, lacunas no conhecimento, contradições e pontos de convergência entre as diferentes abordagens teóricas. Nesse sentido, ela contribui significativamente para o avanço do conhecimento científico ao fornecer subsídios teóricos e conceituais para o desenvolvimento de novas pesquisas e a construção de argumentações embasadas (CRUZ, 2023).

Além disso, investigações que buscam analisar ideologias e diferentes perspectivas sobre um problema, frequentemente, são desenvolvidas apenas com base em fontes bibliográficas.

Portanto, a pesquisa bibliográfica envolve o levantamento e a análise criteriosa de obras previamente publicadas relacionadas à teoria que orientará o trabalho científico. Essa atividade exige dedicação incansável, estudo metuculoso e uma análise perspicaz por parte do pesquisador responsável por executá-la. O objetivo principal da pesquisa bibliográfica é reunir e avaliar textos já publicados, fornecendo um sólido suporte para o trabalho em questão (GIL, 2002).

Para realizar uma pesquisa abrangente e aprofundada, serão consultadas diversas bases de dados e recursos relevantes. Entre as bases de dados que serão utilizadas estão o *Scielo*, que é uma biblioteca eletrônica que abrange uma ampla

gama de periódicos científicos brasileiros e latino-americanos, o Google Scholar, uma ferramenta para encontrar artigos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento, e a *Elsevier*, uma renomada editora de publicações científicas que disponibiliza acesso a uma vasta coleção de revistas e artigos.

Além disso, serão consultadas as Bibliotecas Digitais de Monografias, Teses e Dissertações, que reúnem trabalhos acadêmicos de diversas instituições de ensino superior do Brasil, proporcionando acesso a pesquisas relevantes realizadas por estudantes e pesquisadores. Também serão considerados os capítulos de livros no idioma português, pois oferecem uma fonte rica de informações e análises sobre diferentes temas abordados por especialistas em suas áreas de atuação (SOUZA *et al.*, 2010) com os critérios fornecidos. No entanto, posso elaborar um texto sobre segurança pública e saúde do trabalhador com base nas palavras-chave mencionadas.

Em estudos publicados em revistas, capítulos de livros e livros entre os anos 2000 e 2024, diversos aspectos relacionados à segurança pública e saúde do trabalhador foram abordados. Desde estratégias de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais até a importância do suporte psicológico para lidar com situações estressantes e traumáticas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa bibliográfica envolveu a seleção criteriosa de fontes de informação relevantes para os temas abordados. Foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas e científicas utilizando as palavras-chave: Violência, Estresse, Exposição, Riscos ocupacionais, Saúde mental, Equipamentos e Prevenção.

A análise dos artigos, livros e documentos selecionados permitiu uma compreensão abrangente dos fatores de risco enfrentados pelos profissionais de segurança pública, incluindo os impactos da violência, estresse e trauma emocional, exposição a situações de risco, sobrecarga de trabalho, questões relacionadas à saúde mental, necessidade de equipamentos adequados e infraestrutura eficiente, bem como estratégias de prevenção para mitigar esses riscos.

É crucial considerar a saúde mental dos profissionais que atuam na segurança pública, pois esses indivíduos frequentemente enfrentam desafios e pressões significativas em seu trabalho. Portanto, políticas e programas que promovam o bem-estar psicológico e emocional desses profissionais são fundamentais para garantir não

apenas sua segurança física, mas também sua qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A segurança pública é um tema de extrema importância para a sociedade, especialmente para os profissionais que atuam nessa área. Os fatores de risco associados ao trabalho nesse setor podem variar, desde exposição a situações de violência até riscos ocupacionais específicos, como contato com substâncias perigosas ou operação de equipamentos de alta complexidade.

A proteção profissional desses trabalhadores envolve não apenas o uso adequado de equipamentos de segurança, mas também a implementação de políticas e procedimentos que visem mitigar os riscos existentes. Isso inclui a promoção da saúde do trabalhador, tanto física quanto mental.

Por meio de uma abordagem multidisciplinar que integre aspectos de segurança pública, proteção profissional, saúde do trabalhador e saúde mental, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os envolvidos.

Ao decorrer do trabalho e da sua construção foi realizado as referências e citações dos autores utilizados cumprindo as normas da associação brasileira de normas técnicas (ABNT). Além disso foi realizada uma leitura e investigação de todos os artigos utilizados acerca do tema com o objetivo de compreender o problema principal realizando uma análise sobre os artigos sobre segurança pública saúde mental e proteção.

Para o entendimento a cerca da conceituação legal no contexto da segurança pública, Gomes, (2019) afirma que se refere ao conjunto de leis, normas e regulamentos que estabelecem as bases jurídicas para o funcionamento das instituições e atividades relacionadas à segurança e ordem pública. Isso inclui legislações que definem as atribuições e competências das diversas forças de segurança, os direitos e deveres dos profissionais envolvidos, bem como os procedimentos legais a serem seguidos em diferentes situações, como investigações criminais, operações de combate ao crime, entre outras.

Sobre a estrutura da Polícia Civil no Brasil, Lima (2016) afirma que a Polícia Civil é uma das instituições responsáveis pela segurança pública em nível estadual. Sua estrutura varia de acordo com cada estado, mas geralmente é composta por diversas unidades especializadas, como delegacias de polícia, departamentos de investigação, divisões de narcóticos, entre outras. A Polícia Civil tem como principais

atribuições a investigação de crimes, a emissão de documentos de identificação, o cumprimento de mandados judiciais, entre outras atividades relacionadas à ordem e segurança pública no seu quadro funcional que exercem a atividade-fim: delegado de polícia civil, escrivão de polícia civil, agente da autoridade e papiloscopista.

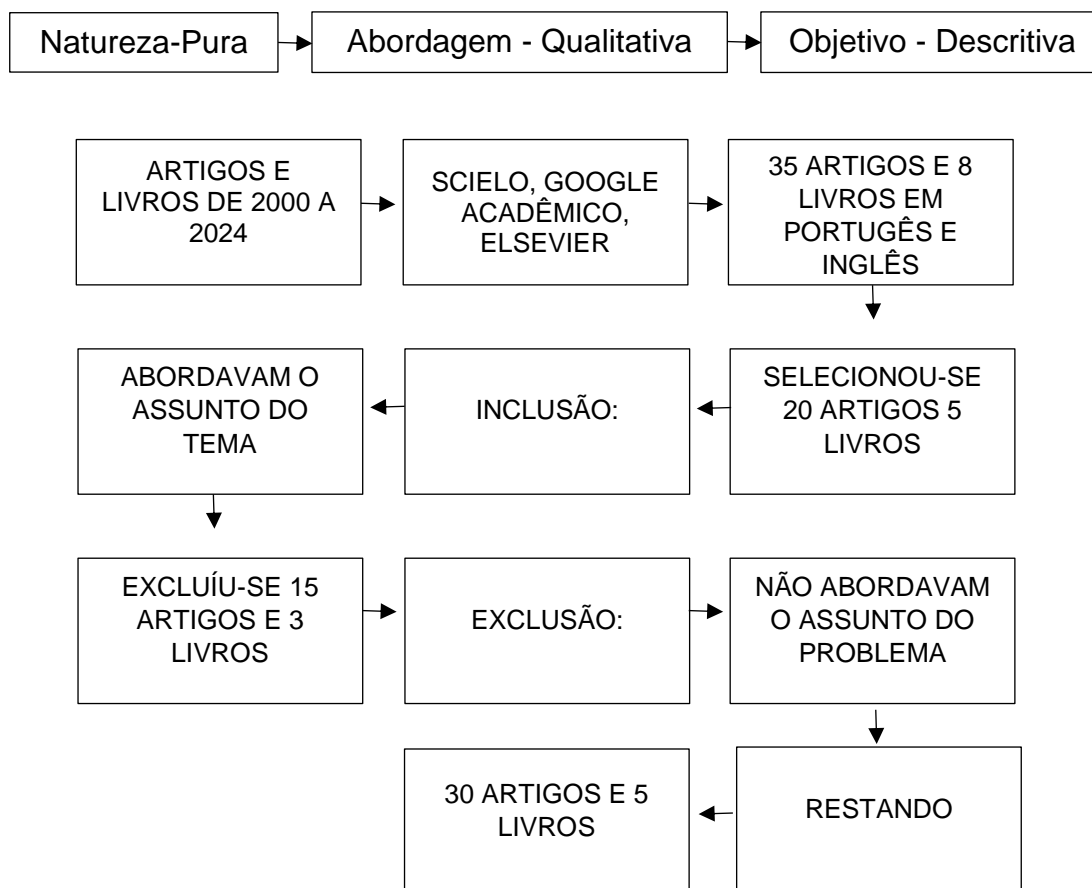
Para listar os fatores de risco para o profissional de segurança pública, Pomponi (2020) afirma que profissionais de segurança pública enfrentam uma série de fatores de risco em seu trabalho diário, entre as principais estão a exposição a situações de violência: Estão expostos a situações de confronto e violência diário, o que pode colocá-los em risco com resultado de ferimentos graves ou ao óbito. O ambiente de trabalho na segurança pública pode ser altamente estressante, com exposição constante a situações de perigo, crimes violentos e cenas impactantes. Isso pode levar a problemas de saúde mental, como estresse pós-traumático, ansiedade e depressão.

Além de riscos ocupacionais específicos, pois dependendo da área de atuação, os profissionais de segurança pública, estão sujeitos a riscos ocupacionais específicos, como exposição a substâncias químicas, acidentes durante operações de campo dentre outros. A sobrecarga de trabalho visto que a demanda por serviços de segurança pública pode ser alta, levando a longas jornadas de trabalho, falta de descanso adequado e sobrecarga física e mental.

O número significativo de unidade policial de segurança pública pode enfrentar falta de recursos tais equipamentos inadequados/obsoleto e infraestrutura precária, o que pode aumentar os riscos na saúde para os profissionais que atuam nessas condições inadequadas.

As pesquisas envolvem apenas dados de domínio público que não identifiquem os participantes da pesquisa, ou apenas revisão bibliográfica, sem envolvimento de seres humanos, não necessitam aprovação por parte do Sistema Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-CONEP (UFG, 2023).

Figura 1 – Fluxograma da Metodologia da Pesquisa.



Fonte: Os autores, (2024).

#### 4. RESULTADOS

O estudo conduzido por Silva e Santos (2018) focou na investigação dos fatores de risco físicos enfrentados pelos profissionais de segurança pública. Os resultados destacaram que as principais fontes de risco físico incluem exposição a armas de fogo, ambientes perigosos e atividades de alto risco. Isso ressaltou a necessidade de medidas de proteção adequadas para garantir a segurança desses profissionais.

Em sua pesquisa, Oliveira e Souza (2020) direcionaram sua atenção para os impactos psicossociais na saúde dos profissionais de segurança pública. Os resultados revelaram que a sobrecarga de trabalho, a falta de apoio psicológico e a exposição a situações traumáticas são fatores significativos de estresse. Isso destacou a importância de intervenções específicas para lidar com o estresse e as demandas desse ambiente de trabalho.

No estudo de Santos e Lima (2017), o foco recaiu sobre as estratégias de prevenção adotadas por organizações de segurança pública. Os resultados evidenciaram que programas de treinamento em saúde ocupacional, políticas de segurança no trabalho e suporte psicossocial são eficazes na redução dos riscos ocupacionais e na promoção do bem-estar dos profissionais.

Costa e Ferreira (2019), concentraram-se na identificação dos impactos dos fatores de risco na saúde dos profissionais de segurança pública. Verificou-se que a exposição prolongada a condições de estresse e risco está associada a problemas de saúde mental e física, reforçando a necessidade de medidas preventivas e de suporte adequado para mitigar tais impactos.

Pereira e Martins (2016) enfatizaram a importância de compreender a percepção dos profissionais de segurança pública sobre os fatores de risco. Os resultados destacaram a necessidade de treinamento contínuo, equipamentos de proteção adequados e apoio psicossocial para enfrentar os desafios do ambiente de trabalho.

Lima e Costa (2021) investigaram as estratégias de *coping* adotadas pelos profissionais de segurança pública para lidar com os fatores de risco. Observou-se que estratégias como busca de apoio social, atividades de relaxamento e reestruturação cognitiva são frequentemente utilizadas para enfrentar o estresse e a pressão do trabalho.

O estudo conduzido por Santos e Oliveira (2018) teve como objetivo comparar as condições de trabalho e os fatores de risco entre diferentes categorias de profissionais de segurança pública. Os resultados revelaram diferenças significativas nas condições de trabalho e na exposição aos riscos entre diferentes grupos profissionais, destacando a necessidade de abordagens específicas para cada categoria.

Silva e Pereira (2015) analisaram a eficácia das medidas preventivas na redução dos acidentes de trabalho entre os profissionais de segurança pública. Os resultados evidenciaram uma redução significativa no número de acidentes e lesões após a implementação de programas de segurança e saúde no trabalho, destacando o impacto positivo das medidas preventivas.

Almeida e Sousa (2019) investigaram a relação entre os fatores ocupacionais e o absenteísmo entre os profissionais de segurança pública. O estudo encontrou uma associação significativa entre condições de trabalho desfavoráveis, estresse ocupacional e índices elevados de absenteísmo, sugerindo a importância de intervenções para melhorar o ambiente de trabalho.

No estudo de Carvalho e Santos (2017), os autores avaliaram o impacto das políticas de promoção da saúde mental no ambiente de trabalho dos profissionais de segurança pública. Verificou-se que iniciativas como programas de suporte psicológico, atividades de promoção do bem-estar e sensibilização sobre saúde mental têm contribuído para reduzir o estigma e melhorar o ambiente psicossocial no trabalho.

## 5. DISCUSSÃO

A pesquisa realizada por Silva e Santos (2018) trouxe à tona uma questão crucial no contexto da segurança pública: os fatores de risco físicos enfrentados pelos profissionais dessa área. Ao focar na investigação desses fatores, os pesquisadores identificaram que as principais fontes de risco incluem a exposição a armas de fogo, ambientes perigosos e atividades de alto risco. Esses resultados são alarmantes, pois evidenciam os desafios enfrentados diariamente por esses profissionais no cumprimento de suas funções institucionais.

Além disso, os resultados desse estudo destacam a importância da conscientização e do apoio da sociedade em relação às condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais de segurança pública. É fundamental que haja um diálogo contínuo entre os órgãos responsáveis, as instituições de pesquisa e a comunidade para desenvolver soluções que promovam a segurança e o bem-estar desses profissionais que desempenham um papel crucial na proteção da sociedade (GOMES, 2019)

O estudo de Oliveira e Souza (2020) trouxe uma questão crucial sobre os impactos psicossociais na saúde dos profissionais de segurança pública. Ao identificar a sobrecarga de trabalho, a ausência de suporte psicológico e a exposição a situações traumáticas como principais fontes de estresse, os resultados destacam a necessidade urgente de intervenções direcionadas a esse grupo de profissionais. A sobrecarga de trabalho, muitas vezes ligada a jornadas extenuantes e demandas operacionais complexas, pode contribuir para o desgaste mental e emocional desses profissionais, afetando sua qualidade de vida e desempenho no trabalho (FORCELLINI *et al.*, 2023).

A falta de apoio psicológico dentro das instituições de segurança pública agrava ainda mais os efeitos do estresse. A natureza do trabalho nesse setor frequentemente expõe os profissionais a situações traumáticas, como violência, acidentes e confrontos diretos, aumentando a vulnerabilidade psicológica. A ausência de programas eficazes de suporte emocional e acompanhamento psicológico pode resultar em problemas de saúde mental não tratados, impactando negativamente a capacidade desses profissionais de lidar com o estresse e os desafios do dia a dia (POMPONI, 2020).

No estudo realizado por Santos e Lima (2017), a atenção foi direcionada para as estratégias adotadas por organizações de segurança pública para prevenir riscos

ocupacionais e promover o bem-estar dos profissionais. Os resultados destacaram a eficácia de programas de treinamento em saúde ocupacional, políticas voltadas para a segurança no trabalho e o suporte psicossocial oferecido aos trabalhadores de segurança pública. Essas abordagens contribuem significativamente para a redução dos riscos enfrentados pelos profissionais da segurança pública, ao mesmo tempo em que melhoram sua qualidade de vida e saúde mental (DE LIMA SILVA, 2023; Jones, 2019).

Um dos aspectos cruciais evidenciados pela pesquisa de Santos e Lima é a importância do investimento em saúde ocupacional e bem-estar psicossocial dentro das organizações de segurança pública. A implementação de programas de treinamento específicos e a adoção de políticas de segurança no trabalho não apenas reduzem os riscos ocupacionais, mas também fortalecem a capacidade dos profissionais de lidar com situações desafiadoras e estressantes no ambiente de trabalho. Isso não só beneficia diretamente os trabalhadores, mas também melhora a eficácia e a eficiência das operações de segurança pública como um todo (POMPONI, 2020).

Costa e Ferreira (2019) realizaram um estudo significativo ao explorar os impactos dos fatores de risco na saúde dos profissionais de segurança pública. Suas descobertas destacaram a preocupação com a exposição prolongada a condições de estresse e risco, evidenciando uma correlação direta com problemas tanto de saúde mental quanto física. Essa associação levanta a bandeira da importância de medidas preventivas e de um suporte adequado, não apenas como reação aos problemas já manifestados, mas também como estratégia proativa para mitigar esses impactos negativos a longo prazo (DOS SANTOS; BRAGA; DA ROCHA, 2023; LIMA *et al.*, 2019).

A pesquisa de Costa e Ferreira (2019), ressalta a necessidade premente de políticas e práticas que abordem de forma holística o bem-estar dos profissionais de segurança pública. A exposição constante a situações estressantes e perigosas pode não apenas afetar a saúde individual desses profissionais, mas também ter ramificações na eficácia de seus deveres e na segurança da comunidade que servem. Portanto, investir em programas de suporte psicológico, treinamento de resiliência e estratégias de gestão de estresse é essencial para promover uma força de trabalho saudável e capaz (GOMES, 2019).

No estudo realizado por Pereira e Martins (2016), a ênfase na compreensão da percepção dos profissionais de segurança pública sobre os fatores de risco revela uma abordagem essencial para a melhoria das condições de trabalho nesse setor. Ao destacar a importância do treinamento contínuo, os autores apontam para a necessidade de atualização constante das habilidades e conhecimentos dos profissionais, capacitando-os para lidar eficazmente com os desafios emergentes. Além disso, a menção aos equipamentos de proteção adequados ressalta a importância da segurança física dos profissionais, garantindo condições mais seguras e reduzindo os riscos de acidentes (MORAES CRUZ *et al.*, 2021).

A pesquisa realizada por Lima e Costa em 2021 trouxe à tona um aspecto crucial na área da segurança pública, as estratégias de  *coping*  adotadas pelos profissionais para lidar com os desafios e enfrentamento inerentes ao seu trabalho. Ao analisar essas estratégias, identificou-se que muitos profissionais recorrem à busca de apoio social como uma forma de enfrentar o estresse e a pressão da profissão. Esse suporte emocional e prático proveniente de colegas e redes de apoio pode ser fundamental para a saúde mental e o bem-estar no ambiente de trabalho (ELBERT JÚNIOR, 2021).

As atividades de relaxamento também se mostraram recorrentes entre os profissionais de segurança pública. Essas atividades, que podem incluir técnicas como meditação, exercícios físicos e hobbies relaxantes, são importantes para reduzir a tensão acumulada e promover o equilíbrio emocional. O engajamento em práticas relaxantes não apenas ajuda a aliviar o estresse imediato, mas também contribui para uma melhor resiliência a longo prazo diante das demandas da profissão (MAZARIOLLI; PAULA; SANTOS, 2022).

O estudo conduzido por Santos e Oliveira (2018) trouxe à luz uma análise crucial das condições laborais e dos riscos enfrentados por profissionais da segurança pública. Ao comparar diferentes categorias dentro desse contexto, como policiais, bombeiros e agentes de trânsito, os pesquisadores identificaram disparidades significativas. Por exemplo, os policiais frequentemente lidam com situações de alto risco e estresse constante, enquanto os bombeiros enfrentam desafios físicos intensos em suas atividades. Essas diferenças ressaltam a importância de estratégias e políticas específicas para cada grupo, visando melhorar suas condições de trabalho e reduzir os riscos associados às suas funções (POMPONI, 2020).

Além das condições de trabalho, o estudo de Santos e Oliveira (xxx) também destacou a exposição variada aos fatores de risco entre os profissionais de segurança pública. Enquanto alguns grupos podem estar mais expostos a agressões físicas e confrontos diretos, outros enfrentam riscos relacionados à exposição a produtos químicos ou à atuação em ambientes perigosos, como incêndios ou acidentes automobilísticos. Essa diversidade de riscos ressalta a necessidade de medidas preventivas e de proteção adequadas, personalizadas para cada função e ambiente de trabalho, a fim de garantir a segurança e o bem-estar desses profissionais (GOMES, 2019).

Silva e Pereira (2015) realizaram uma análise crucial sobre a eficácia das medidas preventivas na redução dos acidentes de trabalho entre os profissionais de segurança pública. Seus estudos destacaram que a implementação de programas específicos de segurança e saúde no trabalho teve um impacto notável na redução do número de acidentes e lesões nesse contexto. Esses resultados não apenas evidenciam a importância de políticas preventivas, mas também ressaltam o potencial positivo dessas medidas para a proteção e bem-estar dos trabalhadores envolvidos na segurança pública (CARDOSO; ARAÚJO, 2016).

Os achados de Silva e Pereira (2015) são particularmente relevantes, pois abordam uma área onde os riscos ocupacionais são frequentemente elevados e as consequências dos acidentes podem ser graves. A redução significativa no número de acidentes após a implementação dos programas de segurança e saúde no trabalho indica não apenas uma resposta eficaz aos desafios enfrentados por esses profissionais, mas também um compromisso crescente com a prevenção de riscos e a promoção de ambientes laborais mais seguros (SCHNEIDER; SIGNORELLI; PEREIRA, 2017).

Almeida e Sousa (2019) conduziram um estudo crucial que analisou a interligação entre fatores ocupacionais e o absenteísmo dentro da categoria profissional de segurança pública. Os resultados revelaram uma ligação notável entre condições de trabalho desfavoráveis, o estresse ocupacional enfrentado pelos profissionais e os altos índices de absenteísmo observados. Essa associação evidencia a necessidade premente de intervenções direcionadas para a melhoria do ambiente laboral desses profissionais, visando não apenas sua saúde mental e bem-estar, mas também a eficiência e eficácia de suas atividades (MAZARIOLLI; PAULA; SANTOS, 2022).

A pesquisa de Almeida e Sousa (2019) traz à tona questões essenciais sobre a relação entre o ambiente de trabalho e a presença dos profissionais de segurança pública. Ao constatar que condições desfavoráveis e estresse ocupacional contribuem significativamente para o absenteísmo, o estudo ressalta a importância de políticas e práticas organizacionais que promovam um ambiente laboral saudável e sustentável. Essas intervenções não apenas beneficiariam os profissionais diretamente, mas também poderiam impactar positivamente a segurança e o desempenho das operações relacionadas à segurança pública (GOMES, 2019).

No estudo conduzido por Carvalho e Santos (2017), foi analisado o impacto das políticas de promoção da saúde mental no contexto do ambiente de trabalho dos profissionais de segurança pública. Os resultados revelaram que iniciativas como programas de suporte psicológico têm desempenhado um papel crucial na mitigação do estigma associado às questões de saúde mental nesse setor. Além disso, atividades voltadas para a promoção do bem-estar e a sensibilização sobre saúde mental foram identificadas como fatores significativos na melhoria do ambiente psicossocial no local de trabalho (SCHNEIDER; SIGNORELLI; PEREIRA, 2017).

Uma das principais conclusões do estudo é a importância de abordagens integradas que combinem intervenções de suporte psicológico com ações de conscientização e promoção do bem-estar. Essa combinação estratégica não apenas ajuda a reduzir o estigma em relação à saúde mental, mas também cria um ambiente mais acolhedor e propício ao desenvolvimento pessoal e profissional dos profissionais de segurança pública (MASLACH; JACKSON, 1981). Essas descobertas destacam a necessidade contínua de investimentos em políticas e programas que priorizem a saúde mental no ambiente de trabalho, visando melhorias significativas na qualidade de vida e no desempenho desses profissionais (CARVALHO; ARAÚJO; ERNARDES, 2016).

O policial civil mantém o sistema de alerta e de prontidão constante seja no local do trabalho e quando estar de folga, leva-o mudança contínua no seu estado fisiológico, levando-o a desenvolver transtorno ou doenças psicológicas, tais como: estresse, depressão, fobias, variação do humor e de dependência de drogas lícitas e ilícitas. A sensação de ser vítima da violência que tem o dever funcional de combater, que não pode evitar já que estão envolvidos na cultura organizacional de ser “capaz” de expor a sua integridade física em prol da coletividade.

O Brasil teve um dos maiores nível de homicídios no ano de 2017 constando 65.602 (IPEA, 2019). O mais recente levantamento através do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP,2019), a taxa de letalidade caiu para 57.342/28, representando redução na ordem de 10,8%, do ano anterior.

Esta é a realidade do dia a dia dos agentes de segurança pública no país. A exposição a integridade física própria e o dever de defender de outrem. Mas o que mais potencializa o adoecimento são as condições de trabalho, principalmente, na não instrumentalização de outras armas não letal quando o policial se depara com situação clara de intervenção própria e de terceiro, o instinto de sobrevivência é ativado, o uso do armamento letal.

Longe de ser motivo de comemoração, estes números ainda são muito preocupantes e alertam para os riscos da atividade policial em uma realidade violenta. Para além dos números, é preciso lembrar que são seres humanos enfrentando diariamente muitas das situações que culminam com as mortes violentas retratadas pelos dados. São eles que estão cotidianamente em situações de conflito armado, com riscos reais à vida e à integridade física, se envolvendo em situações de confronto que podem resultar em morte de ambas as partes. Só em 2018 foram 6.220 mortes violentas decorrentes de ações policiais. E não se pode esquecer que eles são também vítimas da violência: em 2018 as mortes de policiais chegaram a 343 casos, sendo 75% fora de serviço (FBSP, 2019). Este dado aponta para a vivência de insegurança decorrente do trabalho policial, que não termina quando se encerra seu expediente.

Há risco no exercício da atividade policial, isso demanda na necessidade de pesquisas nas organizações de segurança pública, não de forma esporádica mais de forma contínua, a fim de delimitar a extensão presente na saúde mental de seus agentes e, prevê intervenções, de forma que o policial possa reconhecer os principais sintomas que lhe infligem na sua saúde e, de forma conjunta com o serviço de atendimento ao servidor, delinear estratégias para que o atendimento psicossocial ocorra na fase embrionária dos sintomas, possibilitando que não se agrave e que possa tem acompanhamento na sua condição singular, pois cada um possui dinâmica de vida que pode favorecer o seu adoecimento, como exemplo, o uso abusivo de drogas lícita e ilícita, que aliada ao condição de fator hereditário somado as condições de trabalho, que trazem prejuízos nas diversas áreas sociais: família, trabalho e na vida social (BROWN,2020).

Desta forma é de suma importância que as organizações de segurança pública tenham conheça os riscos que os agentes estão submetidos e planejar ações preventivas, possibilitando que sejam disponibilizadas medidas administrativas e ambulatoriais, a primeira visa o afastamento do servidor quando o caso requer cuidado mental, neste caso, o servidor encontra-se já adoecimento e com grande prejuízo em sua vida pessoal (COHEN *et al*, 1983).

A organização intervenção no cuidado pessoal que se estende aos demais familiares, podendo aplicar medidas cautelares como a retirada de armamento letal, visando amenizar conduta agressiva e que pode expor a integridade física do policial, seus familiares e dos usuários do sistema de segurança pública (SILVA, 2020). No segundo caso já há o monitoramento quando do início da evolução do adoecimento, podendo a divisão de atendimento ao servidor propor o início imediato da sessão com profissionais da saúde mental, a fim de verificar a necessidade de encaminhamento para profissional especialista (psiquiatra), que pode prescrever medicamento, no caso mais grave, e monitorar o controle comportamental dentro dos níveis toleráveis (FERREIRA, 2017).

Durante a formação do policial, este é levando a acreditar que para desenvolver a sua atividade de agente de segurança pública basta receber os conhecimentos: didático, preparo físico, técnico e tático (Smith, 2021). As instituições policiais até a pouco tempo perceberam que os seus agentes dever cuidar do estado emocional, pois é um fator determente no momento da tomada de decisão, que terá consequência permanente na sua dinâmica profissional, familiar, social e no trabalho e na saúde psicológica dos agentes (GOLDBERG, 1973).

Para isso, as instituições de segurança passaram a criar divisão própria para atender à crescente demanda de profissionais de segurança, visando intervir no processo de adoecimento e proporcionar condição de vida mais condigna os seus aos servidores (SOUZA, 2018).

A exposição contínua do policial a intempéries como: horário de irregular para dormir, fazer refeições, período muito longo sentado no interior da viatura, agravado quando o veículo não possui climatização, leva ao esgotamento físico e mental do profissional de segurança pública, conseqüentemente, ao sofrimento psíquico, doenças psicossomáticas, depressão, estresse pós-traumático, suicídios e dependência química (GOMES; BELÉM, TELES, 2014 apud SILVA, 2018, p. 16).

As instituições de segurança pública preocupada com a saúde física e mental dos seus agentes elaborou projetos e programas visando o cuidado, conforme Amador *et al.* (2002), tais ações têm resistência interna devido ao clima e a cultura diluída nas organizações, a primeira são os valores intrínsecos a sua existência social; o segundo diz respeito ao ideal que o grupo compartilha entre si.

Ressalte-se que o policial é detentor de capacidade limitada dos interesses contraditório social. Entretanto, as ações das organizações são setoriais e não se estendem a grupo significativo, principalmente, quem trabalha fora da área metropolitana, tal processo é citado por Amador *et al.*, (2002). O governo federal propões diretrizes nacionais na problemática da saúde mental, então, deixou a cargo dos Estados de criar rede própria de atendimento clínico e hospitalar, mas devido ao custo e a crescente demanda por atendimento não atende de forma satisfatório os interessados.

No ano de 2008, o Ministério de Justiça implementou ações na área de valorização dos programas de segurança pública e agentes penitenciários, instituído pela Instrução Normativa - GAB - nº. 1 (BRASIL, 2010). Observou-se alto índice de doenças ocupacionais, licenças para tratamento de saúde, acidente de serviço, letalidade e afastamento precoce da atividade-fim de policiais de segurança pública.

Os principais objetivos deste programa ER: 1 - Realizar a vitimização e os riscos profissionais; 2 - Preparar o emocional do policial para atuação; 3 - Criar núcleos integrados de atenção biopsicossocial; 4 - Institucionalizar as ações na área de saúde mental; 5 - Realizar pesquisas nas organizações de segurança de forma contínua; 6 - Investir na educação e prevenção, visando a saúde mental e melhorias na condição de trabalho tanto interpessoal e primar pela qualidade de vida; 7 - Promover e capacitação dos psicólogos.

Concordamos com Santineiro, (2016, p. 211): “O Brasil é um país inseguro e não instrumentaliza os seus agentes no sentido de proporcionar condições ideais no exercício da função pública, fato atrelado pelo não progressão funcional nas carreiras e não ter o reconhecimento social”.

Através de pesquisas desenvolvidas, o fenômenos da patologia funcional do transtornos mentais e agravamento, citamos os seguintes autores: Anchieta, Galinkin, Mendes (2011); Minayo; Assis Oliveira (2011); Castro (2012); Bezerra; Minayo; Constantino (2013); Pinto; Figueiredo; Souza (2013) Liz *et al.*, (2014); Lima Blank; Menegon(2015); Neves *et al.*, (2016); Lima; Maia; Ferreira (2017); e Silva; Silva

(2019), que relacionaram o desenvolvimento do adoecimento ou agravamento de transtornos mentais (MOREIRA; BACK; MOREIRA, 2021).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos analisados revelam uma série de desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública, desde os riscos físicos e psicossociais até a falta de suporte adequado dentro das organizações de segurança pública. A sobrecarga de trabalho, a exposição a situações traumáticas e a ausência de políticas eficazes de saúde ocupacional e suporte psicológico são questões urgentes que precisam ser abordadas.

No entanto, fica evidente a eficácia de programas de treinamento em saúde ocupacional, políticas de segurança no trabalho e intervenções de suporte psicossocial na promoção do bem-estar e na redução dos riscos ocupacionais nos agentes de segurança pública, desta forma, terão condições de prestar serviço de qualidade aos usuários do sistema de segurança pública.

A saúde mental e física dos profissionais de segurança pública da Polícia Civil é um tema de extrema importância, pois esses profissionais enfrentam diariamente desafios e situações de alto estresse em seu trabalho. O impacto dos fatores ocupacionais nesses profissionais pode ser significativo, afetando não apenas sua qualidade de vida, mas também sua eficiência e desempenho no trabalho.

Os riscos ocupacionais enfrentados pelos profissionais de segurança pública incluem exposição a situações traumáticas, pressão constante, longas jornadas de trabalho, falta de apoio emocional e físico adequado, entre outros. Esses fatores podem contribuir para o desenvolvimento de problemas de saúde mental, como estresse, ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e até mesmo problemas físicos relacionados ao estresse crônico.

Além disso, é necessário promover uma cultura organizacional que valorize o bem-estar dos profissionais de segurança pública, reconhecendo a importância de sua saúde mental e física para o cumprimento eficaz de suas funções e para a construção de uma sociedade mais segura e saudável como um todo.

A investigação dos principais fatores ocupacionais que contribuem para o estresse, esgotamento e problemas de saúde mental entre os profissionais de segurança pública revela uma realidade complexa e desafiadora. Entre esses fatores,

destacam-se a exposição frequente a situações de risco e violência, longas jornadas de trabalho, pressão por resultados e a necessidade de lidar com cenários traumáticos. Essas demandas ocupacionais intensas podem gerar um ambiente propício ao desenvolvimento de problemas psicológicos e emocionais.

A análise desses fatores também evidencia a importância de uma abordagem multidimensional na compreensão dos impactos na saúde mental dos profissionais de segurança pública. Além das demandas diretas do trabalho, fatores organizacionais, como a falta de apoio emocional e estratégias inadequadas de gestão de estresse, podem agravar os problemas enfrentados por esses profissionais. Portanto, é essencial considerar não apenas os aspectos individuais, mas também o contexto organizacional ao abordar essa questão.

Diante desse panorama, torna-se fundamental implementar políticas e programas que visem não apenas a identificação precoce e o tratamento de problemas de saúde mental, mas também a prevenção e promoção de ambientes de trabalho saudáveis. Isso inclui investimentos em capacitação para lidar com situações de estresse, estratégias de apoio psicológico e emocional, e a criação de uma cultura organizacional que valorize o bem-estar e a saúde integral dos profissionais de segurança pública.

Avaliar os efeitos dos fatores ocupacionais na saúde física e mental dos profissionais de segurança pública revela uma realidade complexa e desafiadora. Entre os principais sintomas associados a esses efeitos estão o estresse crônico, a ansiedade, a depressão e o esgotamento emocional. Esses sintomas não apenas impactam diretamente a saúde mental desses profissionais, mas também se refletem em sua saúde física, contribuindo para o aumento dos casos de doenças cardiovasculares, distúrbios do sono e outros problemas de saúde.

Os impactos negativos desses fatores na qualidade de vida dos profissionais de segurança pública são evidentes e multifacetados. Além dos aspectos físicos e mentais, esses profissionais enfrentam desafios no campo social e familiar devido à natureza estressante e exigente de seu trabalho. A sobrecarga emocional e as condições de trabalho adversas podem levar a um declínio na qualidade de vida geral, afetando não apenas o bem-estar individual, mas também as relações interpessoais e a satisfação pessoal.

Diante desses desafios, torna-se imperativo adotar medidas eficazes de suporte e intervenção para promover a saúde integral dos profissionais de segurança

pública. Isso inclui a implementação de programas de saúde mental e bem-estar, o desenvolvimento de estratégias de gestão do estresse e o fortalecimento de políticas organizacionais que priorizem a saúde e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional desses trabalhadores essenciais para a sociedade.

Impactos dos fatores ocupacionais na saúde integral dos profissionais de segurança pública requer uma abordagem multifacetada e integrada. Primeiramente, é fundamental implementar programas de suporte psicológico e emocional, oferecendo acesso fácil a serviços de aconselhamento e terapia para os profissionais lidarem com o estresse, a ansiedade e outros problemas de saúde mental decorrentes do trabalho. Esses programas devem ser confidenciais, sem estigma e acessíveis a todos os membros da equipe.

Além disso, estratégias de promoção da saúde física, como incentivo à prática regular de exercícios físicos, alimentação saudável e programas de prevenção de lesões e doenças ocupacionais, são essenciais. Isso não apenas melhora a resistência física dos profissionais, mas também contribui para a redução do estresse e o aumento do bem-estar geral.

Para mitigar esses impactos negativos, é fundamental que as instituições de segurança pública adotem medidas eficazes de promoção da saúde mental e física de seus profissionais. Isso inclui programas de apoio psicológico e emocional, treinamentos de enfrentamento ao estresse, políticas de trabalho saudáveis, incentivo à prática de atividades físicas e adoção de estratégias de prevenção e intervenção precoce em casos de problemas de saúde mental.

Por fim, a criação de uma cultura organizacional que valorize o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, promovendo horários de trabalho mais flexíveis, pausas regulares e apoio à gestão do tempo e das responsabilidades, é crucial. Essas medidas não apenas beneficiam a saúde integral dos profissionais de segurança pública, mas também refletem em um desempenho mais eficaz, redução do absenteísmo e fortalecimento do compromisso com o trabalho e a instituição.

Os estudos analisados revelam vários desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública, desde riscos físicos e psicossociais até a falta de suporte adequado dentro das organizações de segurança pública. Questões-chave incluem sobrecarga de trabalho, exposição a situações traumáticas e ausência de políticas eficazes de saúde ocupacional e apoio psicológico, destacando a necessidade de reflexão e ajustes na legislação municipal para alinhamento com as leis nacionais e

eficácia das políticas públicas de habitação. Pesquisas futuras devem se concentrar em avaliar a eficácia de programas de treinamento em saúde ocupacional, políticas de segurança no trabalho e intervenções de suporte psicossocial na promoção do bem-estar e na redução dos riscos ocupacionais entre agentes de segurança pública, garantindo um serviço de qualidade aos usuários do sistema de segurança pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

- AFONSO, J. J. R. Polícia: etimologia e evolução do conceito. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 9, n. 1, p. 213-260, 2018.
- ALMEIDA, S. P.; SOUSA, L. M. Fatores Ocupacionais e Absenteísmo em Profissionais de Segurança Pública. **Saúde Ocupacional**, Salvador, v. 15, n. 3, p. 110-125, 2019.
- ANTUNES, C.; FONTAINE, Anne Marie. Percepção de apoio social na adolescência: análise fatorial confirmatória da escala Social Support Appraisals. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 15, p. 355-366, 2005.
- BACK, C. M. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 1, p. 208-225, 2021.
- BORGES, Y. G. A atividade policial e os Direitos Humanos. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 48, p. 1-15, 2011.
- BROWN, L. Intervenções de apoio psicológico no local de trabalho. **Journal of Occupational Health**, v. 45, n. 2, p. 123-134, 2020.
- COHEN, S.; KAMARCK, T.; MERMELSTEIN, R. A global measure of perceived stress. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 24, n. 4, p. 385-396, 1983.
- CANTO, F. R. V. do. **Dialética do labirinto: a polifonia amordaçada de Fiódor Dostoiévski**. 2010. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-23112010-121337
- CARDOSO, M. de C. B.; ARAÚJO, T. M. de. Os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador e as ações em saúde mental: um inquérito no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, 2016.
- CARVALHO, D. B. de; ARAÚJO, T. de; BERNARDES, K. O. Transtornos mentais comuns em trabalhadores da Atenção Básica à Saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, 2016.
- CARVALHO, R. M.; SANTOS, B. N. Políticas de Promoção da Saúde Mental em Profissionais de Segurança Pública. **Saúde Mental e Trabalho**, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 130-145, 2017.
- CASTRO, M. C. D'AVILA DE; CRUZ, R. M. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 271-289, 2015.
- CAVALVANTI, P. R.; SANTOS, J. L. **SEGURANÇA PÚBLICA E OS DIREITOS HUMANOS: ATIVIDADE POLICIAL**, 2022, 24 f. Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC's. 2022.

COSTA, H. M.; FERREIRA, L. S. Impactos dos Fatores de Risco na Saúde de Profissionais de Segurança Pública. **Segurança Pública em Foco**, Belo Horizonte, v. 8, n. 4, p. 80-95, 2019.

CRUZ, R. M. Nexo técnico e vigilância à saúde do trabalhador: uma agenda científica para o NTEP. **Saúde e trabalho no Brasil: uma revolução silenciosa**, p. 256-272, 2010.

CRUZ, W. C. da GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO ACERCA DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL. *Revista OWL (OWL Journal)*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 14–29, 2023.

DA SILVA MAZARIOLLI, A.; DE SOUZA PAULA, A. L.; DOS SANTOS, C. L. V.. O ESTRESSE E IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES TRABALHADORES DO COPOM NO INTERIOR DE SÃO PAULO. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 15, n. 01, p. 161-185, 2022.

DE LIMA SILVA, J.. O adoecimento dos profissionais da segurança pública: uma abordagem literária sobre o índice das principais patologias que contribuem para o afastamento do trabalho. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, p. e0812340269-e0812340269, 2023.

DO NASCIMENTO, G. L. PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: A importância da divisão de proteção à saúde do servidor da Polícia Civil do Estado de Goiás. **QUALIA-A ciência em movimento**, v. 5, n. 1, p. 14-31, 2019.

DOS SANTOS, R. M.; BRAGA, W. de S.; DA ROCHA, W. S. O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA QUALIDADE DE VIDA E NO DESEMPENHO PROFISSIONAL DE POLICIAIS MILITARES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 20528–20547, 2023.

FACAS, E. P. Prazer-sofrimento no trabalho: a abordagem psicodinâmica do trabalho. **CASTEL, VLD (org<sup>a</sup>).** **Saúde Mental e Trabalho na Amazônia: Múltiplas leituras sobre prazer e sofrimento no trabalho.** Porto Velho: Edufro, p. 39-53, 2013.

FORCELLINI, M. M. C.; DOS REIS, M. K. C.; DOS SANTOS, P. P.; BARRETO, K. B. M.; DA SILVA, E. C.; DE AZEVEDO, S. F.; DA SILVA, R. A saúde ocupacional de agentes de segurança pública a partir da estratégia Lean. **Peer Review**, v. 5, n. 13, p. 52-78, 2023.

FREITAS, A. P.; BORGES, L. M. A. de. Tentativa de suicídio e profissionais de saúde: significados possíveis. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 560-577, 2014.

FRÓIS, João Pedro. As ideias nascem do real: ensaio sobre museus de arte. **Educação**, v. 34, n. 03, p. 263-270, 2011.

FUTINO, R. S. **Saúde mental em segurança pública : um estudo do projeto qualidade de vida para profissionais de segurança pública, suas perspectivas e desafios**. 2018. 114 f., il. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FERREIRA, A. Lesões em policiais: Uma análise comparativa. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, p. 45-59, 2017.

GOLDBERG, D. P. **Manual of the General Health Questionnaire**. NFER Publishing, 1978.

GAGLIARDO, V. C. A intendência de polícia e a civilização do Rio de Janeiro oitocentista. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 6, n. 1, p. 376-401, 2014.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v.4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GOMES, L. F. **Segurança pública e privada: doutrina, legislação e jurisprudência**. Saraiva Educação, 2019.

HIPÓLITO, M.; TASCIA, J. E. **Superando o mito do espantinho: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Digitaliza, conteúdo 2020, 82 p.

JUNIOR, C. E. E. O IMPACTO DO ESTRESSE, DEPRESSÃO E SÍNDROME DE BURNOUT NA VIDA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Revista Coopex.**, v. 12, n. 1, p. 1-15, 2021.

JONES, R. Estratégias de bem-estar para profissionais de segurança pública. **Public Safety Journal**, v. 14, n. 3, p. 89-101, 2019.

KARASEK, R. Job demands, job decision latitude, and mental strain: Implications for job redesign. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 285-308, 1979.

LIMA, M.; SILVA, R.; COSTA, P. Desafios do equilíbrio trabalho-vida pessoal em policiais. **Revista de Psicologia Aplicada**, v. 22, n. 3, p. 234-245, 2019.

LIMA, R. A.; COSTA, J. P. Estratégias de Coping em Profissionais de Segurança Pública. **Psicologia Aplicada ao Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 70-85, 2021.

LIMA, R. S. de. **Polícia Civil e segurança pública no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 97-113, 2016.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. **Journal of Occupational Behavior**, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981.

MAGALHÃES, J. do C. D. **Aspectos Organizacionais no Adoecimento de Profissionais da Segurança Pública: possíveis ações**. Sauesp. 2017, 21 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. In: **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**, p. 277-277, 2012.

MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; OLIVEIRA, R. V. C. de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2199-2209, 2011.

MORAES CRUZ, R. .; TORRICO, G. .; KNAPIK, J. . .; SEPÚLVEDA SALES, S.; PEGORARO GAI, M. J.; PEREIRA LABIAK, F.; DOMINGOS ONOFRE, A.; MARTINS KLOKNER, S. G. Impacts of COVID-19 on work and mental health of health workers. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e639997783, 2020.

MULLER, J. M.; SILVA, N.; PESCA, A. D. Estratégias de coping no contexto laboral: uma revisão integrativa da produção científica brasileira e internacional. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 21, n. 3, p. 1594-1604, 2021.

NATIVIDADE, M. R. da. Vida em risco: a identidade profissional dos bombeiros militares. **Psicol. Soc.** Florianópolis, v.21, n.3, p.411-420, 2009.

OLIVEIRA, A. B.; SOUZA, C. D. Impactos Psicossociais na Saúde de Profissionais de Segurança Pública. **Saúde e Segurança no Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 50-65, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Public Health Action for the provision of Saúde – A Framework**. Geneva: WHO, 2012.

PEREIRA, A. S.; MARTINS, M. L. Percepção dos Profissionais de Segurança Pública sobre Fatores de Risco. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 150-165, 2016.

POMPONIO, M. das G. **Fatores de risco ocupacionais e saúde do trabalhador na segurança pública**. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 45-60, 2020.

ROANE, S.; CATHLEEN C.; PIAZZA, G. M.; SGRO, V. M.; VOLKERT, C. M.; Henry. Analysis of aberrant behaviour associated with Rett syndrome. **Disability and Rehabilitation**, v. 23, n. 3-4, p. 139-148, 2001.

SANTIN, V. F. Controle Judicial da Segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão do crime. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, n. 1, 2004.

SANTOS, D. R.; OLIVEIRA, M. P. Condições de Trabalho e Fatores de Risco em Profissionais de Segurança Pública. **Revista de Estudos Criminais**, Florianópolis, v. 7, n. 5, p. 100-115, 2018.

SANTOS, F. G.; LIMA, E. R. Estratégias de Prevenção em Organizações de Segurança Pública. **Cadernos de Segurança e Cidadania**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 25-40, 2017.

SANTOS, V. dos. **Avaliação do estresse ocupacional : a percepção dos policiais militares de Sergipe**. São Cristóvão, 2020. Monografia (Graduação em Administração) - Departamento de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

SAVOLA, Olli; HILLBOM, M. Early predictors of post-concussion symptoms in patients with mild head injury. **European Journal of Neurology**, v. 10, n. 2, p. 175-181, 2003.

SCHNEIDER, D.; SIGNORELLI, M. C.; PEREIRA, P. P. G.. Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: intersecções entre gênero, trabalho, violência (s) e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3003-3011, 2017.

SILVA, C. C. S.; DOS SANTOS, G. M.; DOS SANTOS AMORIM, M.; COSTA, M. D. M. H.; DE MEDEIROS, S. M. A síndrome de burnout entre policiais civis. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 22, n. 1, 2018.

SILVA, F. A.; PEREIRA, E. C. Eficácia das Medidas Preventivas em Profissionais de Segurança Pública. **Segurança e Prevenção**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 45-60, 2015.

SILVA, J. R.; SANTOS, M. L. Fatores de Risco Físicos para Profissionais de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 120-135, 2018.

SILVA, J. Transtornos mentais em profissionais de segurança. **Revista de Saúde Mental**, v. 17, n. 4, p. 321-334, 2020.

SMITH, A. Prevalência de depressão em policiais. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 26, n. 1, p. 76-87, 2021.

SOUZA, P. PTSD em bombeiros: Um estudo longitudinal. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 40, n. 2, p. 154-162, 2018.

SOUZA, R.C. **Uma análise da história da segurança pública Brasileira, V jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz. UFMA, 2011.

SOUZA, M.; SILVA, M.; CARVALHO, R. **Revisão Integrativa: O que é e como fazer?** Einstein, 102-106. 2010.

SPILARIS, C. T.; SPILARIS, C. R. T.; LACERDA, L. V. De. IDENTIFICAÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO LITERÁRIA.. **Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640**, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 144-160, fev. 2024.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 19, p. 362-370, 2006.

UFG. **Obrigatoriedade de submissão ao Comitê de Ética.** Disponível em: <https://cep.prpi.ufg.br/p/10879-o-que-deve-ser-analisado-pelo-sistema-cep-conep>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Página de assinaturas

**Wilkinson Silva**  
046.062.404-07  
Signatário

**Nelson Júnior**  
236.534.342-20  
Signatário

*Daniela S. Américo*  
Coordenadora do Curso de Psicologia  
FADESA

**Daniela Américo**  
005.484.062-78  
Signatário

**Bruno Ibanes**  
064.484.411-66  
Signatário

**Dionis Souza**  
027.844.665-58  
Signatário

**Daniela Américo**  
005.484.062-78  
Signatário

HISTÓRICO

- 18 jun 2024** 14:26:10 **Wilkinson Araujo Silva** criou este documento. ( Email: wilkinsontc10@gmail.com, CPF: 046.062.404-07 )
- 18 jun 2024** 14:26:11 **Wilkinson Araujo Silva** (Email: wilkinsontc10@gmail.com, CPF: 046.062.404-07) visualizou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024** 14:26:14 **Wilkinson Araujo Silva** (Email: wilkinsontc10@gmail.com, CPF: 046.062.404-07) assinou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024** 14:31:27 **Nelson Alves Júnior** (Email: nelson.alvesjr@hotmail.com, CPF: 236.534.342-20) visualizou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil



- 18 jun 2024**  
14:31:33  **Nelson Alves Júnior** (Email: *nelson.alvesjr@hotmail.com*, CPF: 236.534.342-20) assinou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
19:17:26  **Dionis Soares de Souza** (Email: *dio.ssoares@gmail.com*, CPF: 027.844.665-58) visualizou este documento por meio do IP 170.231.133.236 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
19:17:27  **Dionis Soares de Souza** (Email: *dio.ssoares@gmail.com*, CPF: 027.844.665-58) assinou este documento por meio do IP 170.231.133.236 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
14:37:13  **Bruno Marques Ibanes** (Email: *brunoibanes@hotmail.com.br*, CPF: 064.484.411-66) visualizou este documento por meio do IP 181.213.19.5 localizado em Marabá - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
14:37:21  **Bruno Marques Ibanes** (Email: *brunoibanes@hotmail.com.br*, CPF: 064.484.411-66) assinou este documento por meio do IP 181.213.19.5 localizado em Marabá - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**  
18:27:46  **Daniela S Americo** (Email: *danielaamericoa@gmail.com*, CPF: 005.484.062-78) visualizou este documento por meio do IP 45.7.26.140 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**  
18:27:46  **Daniela S Americo** (Email: *danielaamericoa@gmail.com*, CPF: 005.484.062-78) assinou este documento por meio do IP 45.7.26.140 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
14:32:22  **Daniela S Américo** (Email: *psicologia@fadesa.edu.br*, CPF: 005.484.062-78) visualizou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
14:32:31  **Daniela S Américo** (Email: *psicologia@fadesa.edu.br*, CPF: 005.484.062-78) assinou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil

